



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 024/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

CREDENCIAMENTO N.º 001/2026

INEXIGIBILIDADE N.º 011/2026

Prefeitura Municipal de Borrazópolis

OBJETO:

CHAMAMENTO PÚBLICO VISANDO O CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS PARA A REALIZAÇÃO DE LEILÕES COM A FINALIDADE DE PREPARAR, ORGANIZAR, DIVULGAR E INTERMEDIAR À ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS – PR.

CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA:

Sorteio.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Prefeitura do Município de Borrazópolis Departamento de Licitação	
Processo Administrativo	024/2026
Credenciamento	001/2026
Inexigibilidade	011/2026
Distribuição de demanda	Sorteio
Envio da documentação	https://www.bnc.org.br
Prazo de vigência do Edital	05 (cinco) anos
Condução do processo	Comissão Permanente de Contratação, designados pela Portaria Municipal n.º 06/2026.

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BORRAZÓPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 75.740.829/0001-20, sediada Praça da República, n.º 28, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná, por meio do setor de licitações e contratos, com a devida autorização expedida pelo Senhor Prefeito Municipal **Adilson Lucchetti**, torna público para conhecimento dos interessados que a partir da data de **31 de março de 2026 às 09:00 horas** estará recebendo os requerimentos de credenciamento e dos documentos de habilitação inerentes ao **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO** para **CREDENCIAMENTO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com critério de distribuição da demanda através de **SORTEIO**, conforme descrito neste edital e seus anexos.

O procedimento será regido integralmente pela Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, pelo Decreto Municipal n.º 26/2025, de 11/03/2025, e pelas normas da plataforma Bolsa Nacional de Compras (BNC) e demais disposições previstas neste edital e seus anexos.

O recebimento dos requerimentos de credenciamento e dos documentos de habilitação, será exclusivamente por meio eletrônico, através da plataforma eletrônica Bolsa Nacional de Compras (BNC) – disponível através do site: <https://www.bnc.org.br>, conforme datas e horários, observando-se o horário oficial de Brasília – DF.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Sumário

1. DO OBJETO	4
2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	4
3. DO PERÍODO DE INSCRIÇÃO	6
4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	7
5. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO	9
6. DO REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO.....	11
7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	11
8. DO TERMO DE CREDENCIAMENTO	17
9. DO EDITAL COMPLEMENTAR E DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA	18
10. DA SESSÃO PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA.....	19
11. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO.....	20
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	21
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	25
14. INTEGRAM O PRESENTE EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:	27



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

1. DO OBJETO

- 1.1. O credenciamento é o sistema por meio do qual a administração pública credencia todos os interessados em prestar serviços ou fornecer bens em que, preenchendo os requisitos necessários previstos em edital, são credenciados pelo órgão ou entidade para executar o objeto, quando convocados. Não há que se falar em competitividade, mas sim na ampliação da contratação ao maior número de referência possível, uma vez que a pluralidade de prestadores de serviços é um dos objetivos a ser alcançado.
- 1.2. O objeto do presente edital é o **Chamamento Público visando o credenciamento de leiloeiros oficiais para a realização de leilões com a finalidade de preparar, organizar, divulgar e intermediar à alienação de bens móveis inservíveis e imóveis de propriedade da Prefeitura Municipal de Borrazópolis – PR**, conforme condições, e critérios estabelecidos neste edital e seus anexos.
- 1.3. A distribuição da demanda entre os credenciados dar-se-á mediante critério objetivo de sorteio, a ser realizado entre todos os Leiloeiros Públicos Oficiais devidamente habilitados e aptos no momento da convocação.

2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 2.1. O processamento do credenciamento requer a elaboração de um instrumento convocatório, no qual constem todas as regras que serão aplicadas quando da realização da sessão pública que selecionará o credenciado, bem como todas as condições para a execução do futuro ajuste.
- 2.2. O direito de peticionamento conferido aos cidadãos consubstancia o controle social do edital e compreende ainda a capacidade de representar tal edital junto aos órgãos de controle. Desta forma, denota um direito subjetivo de um potencial interessado na licitação, pois lhe fornece um instrumento para viabilizar sua participação no certame, garantir condições isonômicas de participação ou, ainda, garantir a segurança jurídica do procedimento.
- 2.3. Da impugnação ao edital e do pedido de esclarecimento:
 - 2.3.1. No primeiro caso, cabe identificar ilegalidades no conteúdo das cláusulas editalícias e, por meio da impugnação ao edital, exigir a correção desses vícios. Impugnar significa refutar, contrariar, contestar, resistir, opor-se aos termos do edital, dada a suposta ilegalidade apontada. Ao impugnar o edital, o objetivo consiste, portanto, em alterar seus termos, de modo a adequá-los aos limites da lei.
 - 2.3.2. No segundo, a manifestação do particular objetiva obter a elucidação de alguma disciplina do edital que não tenha restado clara. Nessa hipótese, não há,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

necessariamente, o apontamento de uma ilegalidade, mas a dificuldade de compreensão de determinada cláusula ou condição do edital, que será aplicada no curso da licitação ou do contrato.

- 2.4. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido durante toda a vigência do presente edital.
- 2.5. Os pedidos de impugnação ou esclarecimento ao ato convocatório, serão decididos comissão permanente de contratação, e deverão ser protocolados por meio eletrônico via internet através da plataforma eletrônica - plataforma Bolsa Nacional de Compras (BNC), no site: (<https://www.bnc.org.br>), em campo próprio.
- 2.6. A petição de impugnação ou esclarecimentos ao ato convocatório deverá ser em 01 (uma) via, em arquivo (pdf) ou impressa em papel, com o timbre ou com a identificação dos dados do licitante ou interessado: (cnpj/cpf, razão social/nome completo, endereço completo, e-mail e telefone), ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, conter o número desta licitação, a descrição precisa do objeto.
 - 2.6.1. O requerimento deverá ser datado e assinado pelo postulante ou pelo seu representante legal, será formulado por escrito e conterá os seguintes requisitos: I - órgão ou autoridade administrativa a que se dirige; II - qualificação do postulante, com indicação do domicílio; III - instrumento de mandato, quando assistido por representante legal; IV - local para recebimento das comunicações, inclusive endereço eletrônico, se for o caso; V - pedido, com exposição dos fatos e fundamentos; vi - indicação das provas que pretende ver juntadas aos autos e que se encontrem em poder do órgão ou entidade competente para apreciação do pedido.
 - 2.6.2. Em sede de admissibilidade, todo peticionamento exige pré-requisitos para o seu conhecimento, *in casu*, a tempestividade, legitimidade e forma. Nessa esteira de entendimento, colhe-se os ensinamentos de Marçal Justen Filho, no sentido de que *"o cabimento do recurso administrativo sujeita-se à presença de determinados pressupostos. Sem esses pressupostos, nem se chega a apreciar o mérito da questão. A existência de pressupostos recursais retrata a vedação legal ao exercício meramente arbitrário da faculdade de impugnar atos administrativos. Trata-se de evitar desperdício de tempo e de energia na apreciação da insatisfação do particular. Os pressupostos recursais são requisitos que todo recurso deve apresentar sob pena de não ser conhecido - vale dizer, não ser efetivada a revisão do ato administrativo impugnado"*. (in comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 9ª ED., ed. dialética, São Paulo, 2002, p.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

590).

- 2.7. A recepção da petição de credenciamento dar-se-á na forma e pelos meios estabelecidos neste Edital, considerando-se, para todos os fins legais, como data e horário de entrega aqueles efetivamente registrados no sistema da plataforma eletrônica - plataforma Bolsa Nacional de Compras (BNC), no site: (<https://www.bnc.org.br>), os quais servirão como referência para análise de tempestividade e ordem de processamento.
- 2.8. A apresentação de pedido de esclarecimento ou de impugnação ao presente Edital por parte do proponente não o impedirá de participar do processo de credenciamento, assegurando-se, assim, o pleno exercício do direito de petição, sem prejuízo da sua habilitação e participação, em observância aos princípios da ampla defesa, do contraditório e da isonomia.
- 2.9. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 5 (cinco) dias úteis. As respostas aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação serão respondidas através da plataforma eletrônica - plataforma Bolsa Nacional de Compras (BNC), no site: (<https://www.bnc.org.br>), em campo próprio, vinculando os participantes e a administração.
- 2.10. A apresentação de pedido de esclarecimento ou de impugnação ao Edital não suspenderá os prazos previstos para as sessões públicas de distribuição da demanda ou para o andamento do processo de credenciamento, salvo se, por decisão motivada da Administração, houver necessidade de suspensão para análise e eventual adequação do instrumento convocatório.
- 2.11. Na hipótese de publicação de edital complementar designando data para a sessão pública de distribuição da demanda, caso seja acolhida impugnação ao ato convocatório que implique alteração do texto editalício com reflexos na documentação a ser apresentada, será obrigatoriamente designada nova data para a realização da respectiva sessão, assegurando-se publicidade do ato.

3. DO PERÍODO DE INSCRIÇÃO

- 3.1. As inscrições para o credenciamento permanecerão continuamente abertas a todos os interessados que atendam aos requisitos estabelecidos neste Edital, durante todo o período de sua vigência, facultando-se a habilitação a qualquer tempo.
- 3.2. O Edital e seus anexos estarão disponíveis para consulta e acesso público no endereço eletrônico <https://www.bnc.org.br>, bem como no Portal da Transparência do Município e no sítio oficial www.borrazopolis.pr.gov.br, permanecendo, ainda, integralmente acessíveis aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a partir da data de sua publicação e durante todo o período de vigência do credenciamento, em observância aos princípios da publicidade e da transparência



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

administrativa.

- 3.3. O prazo de vigência deste edital de credenciamento é de até 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado, respeitada a vigência máxima decenal, mediante autorização da autoridade competente nos moldes do art. 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 3.4. Na hipótese de prorrogação da vigência do presente Edital, considerar-se-ão automaticamente prorrogados, pelo mesmo período, os termos de credenciamento dele decorrentes, desde que mantidas as condições originalmente pactuadas e a regularidade dos credenciados, assegurando-se a continuidade da prestação dos serviços e a observância dos princípios da legalidade, eficiência e segurança jurídica.
- 3.5. Qualquer alteração no presente Edital será formalizada por meio de errata ou termo aditivo, devidamente publicado nos mesmos meios de divulgação utilizados para o instrumento original, assegurando-se a ampla publicidade e transparência.
- 3.6. Em decorrência de eventual modificação, serão automaticamente ajustados os termos do credenciamento, garantindo-se a adequação às novas disposições editalícias, bem como a preservação da isonomia entre os interessados e a segurança jurídica do procedimento.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste credenciamento:

- 4.1.1. Que seja empresa legalmente constituída, especializada no ramo de atividade que é objeto deste credenciamento;
- 4.1.2. Cujo ramo de atividade constante nos seus atos constitutivos sejam compatíveis com o objeto deste credenciamento;
- 4.1.3. Que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto a plataforma eletrônica - plataforma Bolsa Nacional de Compras (BNC), no site: (<https://www.bnc.org.br>);
- 4.1.4. Que estejam com credenciamento regular no sistema de cadastramento unificado de fornecedores - SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 3, de 26 de abril de 2018;
 - 4.1.4.1. As empresas não cadastradas no SICAF, que tiverem interesse em participar do presente credenciamento, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação de acordo com as orientações que seguem no link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/index.php/sicaf> , até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
 - 4.1.4.2. A regularidade do cadastramento do licitante será confirmada por meio de



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

consulta, no ato da abertura da sessão pública.

4.1.5. Que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital e seus anexos;

4.1.6. Regularmente estabelecidas no país;

4.1.7. Que disponham de equipe apta para vistoriar os materiais inservíveis, auxiliar na avaliação, fotografia e formação de lotes, acompanhar e fiscalizar as visitas e as retiradas dos bens arrematados, sempre quando solicitado pela Administração;

4.1.8. Que disponham de sistema (sítio) eletrônico para a inserção do edital de leilão na íntegra, da relação dos lotes, das fotos dos bens a serem leiloados, bem como de avisos relacionados ao assunto, devendo este sistema atender ao disposto no Decreto n.º 68.422, de 2024 e aos seguintes requisitos:

4.1.8.1. Integração ao Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, de que trata o artigo 174 da Lei federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021;

4.1.8.2. Existência de protocolos de segurança das operações e dos dados inseridos, que garantam confiabilidade das transações e sigilo na identificação dos licitantes durante a fase competitiva;

4.1.8.3. Que disponham de recursos tecnológicos necessários para a realização do leilão eletrônico, por meio de plataforma de transação, via WEB.

4.2. Não poderão participar direta ou indiretamente do presente credenciamento, os interessados:

4.2.1. Aquele que não atenda às condições deste edital e seu(s) anexo(s);

4.2.2. Que estejam impedidos de licitar ou contratar com a Administração Pública ou que tenham sido declarados inidôneos, observado, no que couber, o disposto no artigo 14 da Lei federal n.º 14.133, de 2021;

4.2.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade credenciante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.2.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.2.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.2.6. Agente público do órgão ou entidade credenciante;

4.2.7. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

4.2.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.2.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução, agente público do órgão ou entidade credenciante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.3. O impedimento de que trata a cláusula 4.2.22 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.4. A vedação de que trata a cláusula 4.2.66 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.5. A participação neste certame importa o pleno conhecimento de todas as condições estabelecidas no presente edital, bem como a observância dos regulamentos, normas legais, administrativas e técnicas aplicáveis.

5. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO

5.1. O recebimento dos requerimentos de credenciamento e dos documentos de habilitação dar-se-á exclusivamente por meio eletrônico, por intermédio do endereço <https://www.bnc.org.br>, devendo ser observado, para todos os fins, o horário oficial de Brasília – DF, como referência para registro de envio e análise de tempestividade.

5.2. Não serão admitidos quaisquer outros meios de recebimento dos documentos que não o expressamente previsto na cláusula anterior, sendo vedada a sua apresentação por via física, postal, presencial ou por quaisquer sistemas eletrônicos diversos do endereço indicado. O descumprimento dessa condição implicará o não conhecimento da documentação enviada, sem prejuízo da aplicação das demais disposições previstas neste Edital.

5.3. O envio da documentação para fins de credenciamento implica a plena aceitação, pelo interessado, de todas as normas, condições e exigências estabelecidas neste Edital e



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

seus anexos, bem como o compromisso de manter, durante todo o período de vigência do credenciamento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, sob pena de descredenciamento.

5.4. Na hipótese de publicação de edital complementar para fins de distribuição da demanda, os interessados deverão encaminhar a documentação exigida até o prazo mínimo de 2 (dois) dias úteis anteriores à data designada para a sessão de sorteio. O descumprimento desse prazo implicará a impossibilidade de participação no respectivo procedimento de distribuição, permanecendo, contudo, válido o seu credenciamento para participação nos editais complementares subsequentes, desde que mantidas as condições de habilitação exigidas.

5.4.1. Os requerimentos apresentados após o prazo estabelecido nesta cláusula serão regularmente processados para fins de credenciamento, contudo, seus efeitos somente produzirão validade para participação nos editais complementares subsequentes, não alcançando o certame de distribuição de demanda já convocado.

5.5. A análise da documentação será realizada em estrita conformidade com os requisitos e critérios estabelecidos neste Edital, sendo considerado não credenciado o Leiloeiro Público Oficial que deixar de apresentar a documentação exigida, apresentá-la de forma incompleta ou em desconformidade com as disposições editalícias, ou, ainda, contenha vícios, irregularidades ou defeitos que comprometam sua validade jurídica, sem prejuízo da possibilidade de saneamento.

5.6. A Comissão Permanente de Contratação poderá, no exercício do poder-dever de diligência, suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas formais relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos neste Edital, mediante solicitação ao interessado para apresentação de documentos complementares ou esclarecimentos.

5.7. Somente será considerado credenciado o interessado que comprovar, de forma integral e satisfatória, o atendimento a todas as exigências documentais e aos requisitos de habilitação estabelecidos neste Edital, não sendo admitido o credenciamento parcial ou condicionado.

5.8. O encaminhamento do requerimento de credenciamento, acompanhado dos documentos de habilitação, implica a presunção de pleno conhecimento, concordância e atendimento às exigências previstas neste Edital e em seus anexos. O participante será integralmente responsável pelas informações prestadas em seu nome e encaminhadas por meio eletrônico, assumindo-as como verdadeiras, completas e autênticas, para todos os efeitos legais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

6. DO REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

- 6.1. Os interessados deverão estar previamente cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e encaminharão, exclusivamente por meio eletrônico, através do site: (<https://www.bnc.org.br>), o requerimento de credenciamento, contendo a indicação expressa de sua intenção de se credenciar para a prestação dos serviços, acompanhado dos documentos de habilitação exigidos para fins de pré-qualificação.
- 6.2. A apresentação do requerimento de credenciamento implica a vinculação do interessado a todas as condições, normas e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos, bem como àquelas previstas em eventuais editais complementares, sujeitando-se integralmente às disposições que regem o credenciamento, durante todo o período de sua vigência.
- 6.3. O requerimento de credenciamento deverá ser apresentado em estrita conformidade com o modelo constante no **ANEXO III** deste Edital, sendo vedado o seu preenchimento com informações incompletas, inconsistentes ou aleatórias, sob pena de não credenciamento. O documento deverá conter, obrigatoriamente:
 - 6.3.1.1. Ser datilografado ou digitado, em uma via com o timbre ou com a identificação dos dados do interessado, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, ser redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas;
 - 6.3.1.2. Indicar a razão social da licitante, CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), para contato;
 - 6.3.1.3. Indicar o nome completo, RG, CPF, contato telefônico, e-mail do preposto responsável para contato, para representar a interessado durante a execução dos serviços;
 - 6.3.1.4. Contemplar expressamente o lote de serviços objeto deste credenciamento, em conformidade com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, vedada a indicação genérica ou divergente do objeto licitado, sob pena de não credenciamento;
 - 6.3.1.5. Conter a indicação do local e da data de sua elaboração;
 - 6.3.1.6. Conter a assinatura do representante legal, devidamente habilitado para tal finalidade.

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 7.1. A fase de habilitação que visa aferir se a pessoa interessada em credenciar perante a administração preenche os requisitos e as qualificações para a adequada execução do



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

objeto, tendo por fim garantir o adimplemento das obrigações firmadas no Termo de Credenciamento, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.2. Para a habilitação dos participantes, será exigida a documentação relativa:

7.2.1. À Habilitação Jurídica (Art. 66, Lei 14.133/21):

- 7.2.1.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 7.2.1.2. **Empresário individual:** inscrição no registro público de empresas mercantis, a cargo da junta comercial da respectiva sede;
- 7.2.1.3. **Microempreendedor individual - MEI:** certificado da condição de microempreendedor individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 7.2.1.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no registro público de empresas mercantis, a cargo da junta comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.2.1.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no diário oficial da união e arquivada na junta comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 7.2.1.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no registro civil de pessoas jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.2.1.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no registro civil das pessoas jurídicas ou no registro público de empresas mercantis onde opera, com averbação no registro onde tem sede a matriz;
- 7.2.1.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na junta comercial ou inscrito no registro civil das pessoas jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o Art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 7.2.1.9. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

consolidação respectiva.

7.2.2. À Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista (Art. 68, Lei 14.133/21):

- 7.2.2.1. Prova de **inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ)**, mediante apresentação do comprovante de inscrição emitido pela secretaria da receita federal;
- 7.2.2.2. Prova de **regularidade com a fazenda nacional**, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela secretaria da receita federal do Brasil (SRFB) e pela procuradoria-geral da fazenda nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à dívida ativa da união (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "A", "B" e "C" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;
- 7.2.2.3. Prova de **regularidade fiscal perante a fazenda estadual relativa aos tributos estaduais**, mediante apresentação de certidão negativa de débito ou certidão positiva com efeito de negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 7.2.2.4. Prova de **regularidade fiscal perante a fazenda municipal** relativa aos tributos municipais da sede da proponente, mediante apresentação de certidão negativa de débito ou certidão positiva com efeito de negativa ou documento equivalente do município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;
- 7.2.2.5. Prova de **regularidade perante o fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS**, mediante apresentação do certificado de regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;
- 7.2.2.6. Prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), emitida com base no art. 642-a da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n.º 12.440, de 7 de julho de 2011, e na resolução administrativa n.º 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

7.2.3. À Qualificação Econômico-Financeira (Art. 69, Lei 14.133/21):

- 7.2.3.1. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física - Lei n.º 14.133, de 2021, Art. 69, Inciso II.

7.2.4. À Qualificação Técnica (Art. 67. Lei 14.133/21):

7.2.4.1. Prova de matrícula na Junta Comercial do Estado do Paraná e situação de regularidade para o exercício da profissão, nos termos do Decreto Federal n.º 21.981, de 19/10/1932, e da Instrução Normativa DREI/ME n.º 52, de 29/07/2022, e suas alterações.

7.2.4.2. Comprovação de aptidão para a prestação de fornecimentos similares equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado que demonstre a capacidade operacional equivalente ou superior, emitido por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado.

7.2.4.2.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

7.2.4.2.2. O(s) atestado(s) de capacidade técnica poderá(ão) ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

7.2.4.2.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato ou Ata de Registro de Preços que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.2.5. Declarações e outros documentos:

7.2.5.1. Declaração Unificada, conforme **ANEXO IV**, contendo as seguintes informações:

7.2.5.1.1. Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na constituição federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

7.2.5.1.2. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

- 7.2.5.1.3. Declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- 7.2.5.1.4. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 7.2.5.1.5. Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, nos termos do inciso I, do artigo 63, da Lei Federal n.º 14.133/21;
- 7.2.5.1.6. Para o fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do Art. 4º, da lei n.º 14.133/21;
- 7.2.5.1.7. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do Art. 1º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal.

7.3. Da análise e disposições Gerais da Habilitação

7.3.1. A Comissão Permanente de Contratação procederá à análise dos requerimentos de credenciamento e da documentação de habilitação em estrita conformidade com os requisitos, critérios e condições estabelecidos neste Edital e em seus anexos, assegurando-se a observância dos princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade e julgamento objetivo.

7.3.2. A Comissão Permanente de Contratação verificará se os interessados atendem às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, legislação correlata e o estabelecido no edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação na seleção ou a distribuição de demanda, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.3.2.1. Sicaf;

7.3.2.2. Cadastro nacional de empresas inidôneas e suspensas - CEIS, mantido pela controladoria geral da união (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.3.2.3. Cadastro nacional de empresas punidas – CNEP, mantido pela controladoria



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

geral da união (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.3.2.4. O participante não pode possuir registro impeditivo da contratação no SICAF, no cadastro nacional de empresas inidôneas e suspensas (CEIS), da CGU, disponível no portal da transparência (www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis), no cadastro nacional de condenações cíveis por ato de improbidade administrativa (CNCIA), do CNJ, por meio de consulta a ser realizada no sítio (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e no cadastro de impedidos de licitar do TCE/PR (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>).

7.3.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e, no caso do cadastro nacional de condenações cíveis por ato de improbidade administrativa (CNCIA), do CNJ, também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o poder público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.3.4. Caso conste na consulta de situação do interessado a existência de ocorrências impeditivas indiretas, a comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas. (IN n.º 3/2018, Art. 29, *caput*).

7.3.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN n.º 3/2018, Art. 29, §1º).

7.3.4.2. O participante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN n.º 3/2018, Art. 29, §2º).

7.3.4.3. Constatada a existência de sanção, o participante será reputado não credenciado, por falta de condição de participação.

7.3.5. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

7.3.6. Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

7.3.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei n.º 14.133/2021.

7.3.8. Todos os documentos deverão ser apresentados:

7.3.8.1. Na forma prevista em lei, e quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome da licitante e com o número do CNPJ;

7.3.8.2. Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;

7.3.8.3. Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

7.3.8.4. Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório.

7.3.9. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.

8. DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

8.1. Dentre os interessados devidamente credenciados, serão celebrados os respectivos Termos de Credenciamento, formalizando o vínculo jurídico com a Administração, nos termos e condições estabelecidos neste Edital e em seus anexos.

8.2. As empresas Credenciadas serão convocadas, para assinatura do Termo de Credenciamento, assinalando-se prazo para tanto de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021.

8.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação direta do credenciado, desde que:

8.3.1. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

8.3.2. A justificativa apresentada seja aceita pela administração.

8.4. Serão formalizados Termos de Credenciamento individualizados para cada interessado que atender às exigências estabelecidas neste Edital, em quantidade correspondente ao número de credenciados habilitados, assegurando-se a formalização de todos os vínculos necessários à execução do objeto.

8.5. O Termo de Credenciamento será devidamente divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), permanecendo disponível para acesso público durante todo o período de vigência do Edital de Credenciamento.

8.6. Integrarão o Termo de Credenciamento, para todos os fins de direito,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

independentemente de transcrição, as disposições constantes deste Edital e de seus anexos, especialmente aquelas previstas no Termo de Referência, que disciplinam as condições de execução do objeto, obrigando as partes ao seu fiel cumprimento.

- 8.7. Na hipótese de recusa injustificada ou impossibilidade do credenciado em assinar o Termo de Credenciamento, bem como no caso de descumprimento das obrigações relativas à execução dos serviços nos termos do Termo de Referência, a Administração Municipal adotará as providências cabíveis, inclusive a aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital e na legislação pertinente.

9. DO EDITAL COMPLEMENTAR E DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA

- 9.1. O edital complementar constituirá o ato formal de convocação da sessão pública destinada à distribuição da demanda, devendo conter, de forma clara e objetiva, a data e o horário de sua realização, e o local em que ocorrerá, bem como todas as demais informações necessárias à sua adequada realização, em observância aos princípios da publicidade, transparência e segurança jurídica.
- 9.2. No edital complementar será disponibilizada a relação detalhada dos bens a serem submetidos a leilão, contendo, sempre que possível, suas especificações, estado de conservação, localização e demais informações relevantes, de modo a assegurar a ampla publicidade, transparência e adequada compreensão pelos interessados.
- 9.3. O edital complementar será publicado sempre que houver interesse da Administração em promover a alienação de bens, constituindo condição indispensável para a convocação da sessão pública de distribuição da demanda e para a realização do respectivo leilão.
- 9.4. A publicação de edital complementar destinado à convocação de sessão pública para a seleção dos credenciados, visando à distribuição da demanda, deverá observar o prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis de antecedência em relação à data designada para sua realização, contado a partir da data de sua publicação, de modo a assegurar a ampla publicidade, a transparência e a adequada preparação dos interessados.
- 9.4.1. O prazo ora estabelecido tem por finalidade assegurar a ampla publicidade do ato, bem como garantir tempo hábil para o conhecimento das informações relativas aos bens.
- 9.5. As informações constantes do edital complementar possuirão caráter vinculante e integrarão, para todos os fins, o procedimento de seleção, assegurando-se a transparência, a isonomia e a plena ciência dos credenciados quanto às condições dos serviços a serem disponibilizados.
- 9.6. Independentemente da quantidade de bens ou dos valores envolvidos, o credenciado



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

sorteado para a execução do objeto ficará obrigado a realizar os serviços nos termos deste Edital e do Termo de Referência, sob pena de caracterização de infração administrativa, sujeitando-se às sanções cabíveis.

9.7. A distribuição da demanda entre os credenciados observará critério objetivo de sorteio, a ser realizado entre todos os credenciados, assegurando-se a estrita observância dos princípios da isonomia, impessoalidade, transparência, eficiência e julgamento objetivo.

9.8. Para cada edital complementar será selecionado apenas um dos credenciados para a execução dos serviços relativos ao respectivo leilão, conforme o critério de distribuição previamente estabelecido, independentemente do quantitativo de lotes ou dos valores envolvidos.

9.8.1. O credenciado que for selecionado em um sorteio somente poderá participar de novo sorteio após a exaustão da lista de todos os demais credenciados, garantindo-se a rotatividade, a equidade na distribuição da demanda.

9.9. Os demais credenciados permanecerão regularmente aptos, durante todo o prazo de vigência do credenciamento, à execução dos serviços objeto deste Edital, podendo ser convocados em futuros editais complementares a serem publicados ao longo da vigência do instrumento, conforme a necessidade da Administração e o critério de distribuição da demanda estabelecido.

9.10. A publicação de novos editais complementares destinados à designação de sessões públicas para distribuição da demanda ocorrerá exclusivamente conforme a necessidade da Administração, sendo as respectivas datas e condições objeto de novas publicações, observadas as disposições legais aplicáveis e as regras estabelecidas neste instrumento convocatório.

10. DA SESSÃO PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA

10.1. Na data designada no edital complementar, reunir-se-á a Comissão Permanente de Contratação para conduzir a sessão destinada à distribuição da demanda entre os credenciados, observando-se rigorosamente os procedimentos previstos neste Edital.

10.2. A sessão pública destinada à distribuição da demanda entre os credenciados será presencial, realizada no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Borrazópolis, situado na Praça da República, n.º 28, Centro, CEP 86.925-000, no Município de Borrazópolis, Estado do Paraná, em data e horário previamente definidos em edital complementar.

10.3. A sessão pública será integralmente registrada por meio de gravação em áudio e vídeo, garantindo-se a transparência, publicidade e rastreabilidade dos atos praticados,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

podendo os registros ser disponibilizados aos interessados e aos órgãos de controle, quando solicitado.

- 10.4. A distribuição da demanda será realizada mediante critério objetivo de sorteio entre todos os Leiloeiros Públicos Oficiais devidamente credenciados e aptos no momento da convocação, conforme previsto neste Edital.
- 10.5. A lista dos leiloeiros credenciados será elaborada com base na ordem de credenciamento, considerando a data, hora, minutos, e se necessário, segundos da apresentação da documentação no sistema.
- 10.6. Será elaborada uma relação numerada dos Leiloeiros Públicos Oficiais credenciados, a qual servirá como base para a realização do sorteio, atribuindo-se a cada credenciado um número único.
- 10.7. O sorteio de distribuição da demanda se dará após a análise e verificação da lista definitiva dos credenciados, realizada em sessão pública, podendo ser virtual, que ocorrerá no dia designado no edital complementar, utilizando-se da plataforma <https://sorteador.com.br>.
- 10.8. O sorteio será conduzido de forma pública, impessoal e transparente, podendo ser realizado por meio físico ou eletrônico, desde que assegurada a auditabilidade do procedimento, sendo vedada qualquer forma de direcionamento ou escolha discricionária por parte da Administração.
- 10.9. Poderão participar da sessão pública todos os credenciados que estejam em situação regular, com documentação válida e que tenham atendido aos prazos estabelecidos no edital complementar para participação no respectivo sorteio.
- 10.10. Todos os atos praticados durante a sessão pública serão formalmente registrados em ata circunstanciada, a qual deverá conter, no mínimo, a identificação dos participantes, a descrição do procedimento adotado, o resultado do sorteio e eventuais ocorrências relevantes.
- 10.11. Encerrado o procedimento, será declarado o credenciado selecionado para a execução dos serviços relativos ao edital complementar correspondente, sendo o resultado divulgado nos meios oficiais, garantindo-se a publicidade e a transparência do ato.

11. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

- 11.1. A Lei de Improbidade Administrativa, Lei Federal n.º 8.429/1992 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste edital nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

11.2. Os participantes e os credenciados devem observar e fazer observar por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de credenciamento e de execução do objeto.

11.3. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

11.3.1. "Prática Corrupta": significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;

11.3.2. "Prática Fraudulenta": significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;

11.3.3. "Prática Colusiva": significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;

11.3.4. "Prática Coercitiva": significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

11.3.5. "Prática Obstrutiva": significa: deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos de promover inspeção ou auditoria.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o participante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Comissão Permanente de Contratação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

- 12.1.2. Não celebrar o Termo de Credenciamento quando convocado;
 - 12.1.2.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração.
- 12.1.3. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa;
- 12.1.4. Fraudar o Credenciamento;
- 12.1.5. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.5.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.5.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.5.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 12.1.6. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação direta.
- 12.1.7. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei n.º 14.133, de 2021, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos participantes e/ou Credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 12.2.1. Advertência;
 - 12.2.2. Multa;
 - 12.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e
 - 12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
 - 12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 12.3.4. Os danos que dela provierem para a administração pública;
 - 12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual, incidente sobre o valor adjudicado e/ou contrato, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nas cláusulas “12.1.1” e “12.1.2” a multa será de 15% do lote que a empresa tenha participado.

12.4.2. Para as infrações previstas nas cláusulas “12.1.3”, “12.1.3”, “12.1.4”, “12.1.5” e “12.1.6” a multa será de até 20 salários mínimos nacionais.

12.5. Nas hipóteses referidas nos itens precedentes, após apuração efetuada por processo administrativo, e não ocorrendo o pagamento perante a administração, o valor da multa aplicada será inscrito na “dívida ativa” para cobrança judicial.

12.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nas cláusulas “12.1.1”, “12.1.2” quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da administração pública direta e indireta da prefeitura municipal de Borrazópolis, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nas cláusulas “12.1.3.”, “12.1.3”, “12.1.4”, “12.1.5” e “12.1.6” bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens “12.1.1” e “12.1.2” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o participante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. A multa poderá ser aplicada juntamente com o impedimento de licitar e contratar ou com a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.14. Não serão reconhecidos os recursos vencidos os respectivos prazos legais.

12.15. O recurso deverá ser em 01 (uma) via, impressa em papel, com o timbre ou com a identificação dos dados do participante ou credenciado: (cnpj/cpf, razão social/nome completo, endereço completo, e-mail e telefone), ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, conter o número deste chamamento público, a descrição precisa do objeto.

12.15.1. O recurso deverá ser datado e assinado pelo postulante ou pelo seu representante legal, será formulado por escrito e conterá os seguintes requisitos: I - órgão ou autoridade administrativa a que se dirige; II - qualificação do postulante, com indicação do domicílio; III - instrumento de mandato, quando assistido por representante legal; IV - local para recebimento das comunicações, inclusive endereço eletrônico, se for o caso; V - pedido, com exposição dos fatos e fundamentos; VI - indicação das provas que pretende ver juntadas aos autos e que se encontrem em poder do órgão ou entidade competente para apreciação do pedido.

12.15.2. E, poderão ser protocolados:

12.15.2.1. Junto ao Departamento de licitação, sediado Prefeitura do município de Borrazópolis, Praça da República, n.º 28, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná, em dias úteis, no horário de 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:30 horas. Registrando-se a data de sua entrega mediante protocolamento, observando-se o horário de expediente.

12.15.2.2. Por meio eletrônico via internet através do e-mail licitacao@borrazopolis.pr.gov.br, observada a antecedência mínima supra para o recebimento, relativa a cada petição, neste caso sendo compreendido horário máximo até às 17:30 horas, recomenda-se ainda, que, comunique o departamento de licitação através do fone (43) 3452-8700, para confirmar o recebimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

12.15.2.3. No caso de encaminhamento por via postal (sedex ou registrado com “ar”), o recurso à protocolar, deve vir em envelope devidamente fechado, registrando-se a data de sua entrega mediante protocolamento. O recurso deverá ser acondicionado em um envelope, devidamente fechado (lacrado), de forma a não permitir sua violação, constando de sua face:

À

Prefeitura do município de Borrazópolis

Att. _____ (nome da autoridade que proferiu a decisão)

Recurso Administrativo

Praça da República, n.º 28, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná.

Pregão Eletrônico n.º XXX/XXXX

Razão social:

CNPJ n.º:

12.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.17. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12.18. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de seus documentos de habilitação. O está municipalidade não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do credenciamento.

13.2. É facultado ao agente de contratação ou à autoridade competente, em qualquer fase do credenciamento, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública, exceto nos casos previstos no art. 64 da Lei Federal n.º 14.133/21.

13.3. A Prefeitura do Município de Borrazópolis não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste edital obtidas por meio de terceiros.

13.4. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

- 13.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo agente de contratação.
- 13.6. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.7. A homologação do resultado desta contratação direta não implicará direito à contratação.
- 13.8. Revogação e anulação:
- 13.8.1. Fica assegurado ao município de Borrazópolis o direito de revogar o Credenciamento por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.
- 13.8.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.
- 13.8.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.
- 13.8.4. A nulidade do procedimento não gera obrigação de indenizar pela administração.
- 13.8.5. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.
- 13.9. As normas disciplinadoras do Credenciamento serão sempre interpretadas em favor da isonomia entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração.
- 13.10. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Contratação, que decidirá com base na legislação vigente.
- 13.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do participante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.12. Na contagem dos prazos constantes do presente edital, observar-se-á o disposto no art. 183 da Lei Federal n.º 14.133/21, excluindo-se o dia de início e incluindo-se o dia de vencimento. só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na administração.
- 13.13. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Departamento de Licitações, sediado na Prefeitura do Município de Borrazópolis, Praça da República, n.º 28, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná.

13.14. Os autos do processo de Credenciamento estarão disponíveis no endereço eletrônico: www.borrazopolis.pr.gov.br - Portal da Transparência – Licitações.

13.15. O foro competente para dirimir questões oriundas do presente edital, será o do Município de Faxinal/PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14. INTEGRAM O PRESENTE EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:

I	Termo de Referência;
II	Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;
III	Modelo de Requerimento de Credenciamento;
IV	Modelo de Declaração Unificada
V	Minuta do Termo de Credenciamento.

Borrazópolis/PR, 30 de março de 2026.

Adilson Lucchetti
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

ANEXO III

Ao município de Borrazópolis/PR

Processo Administrativo n.º ____/2026

Credenciamento n.º ____/2026

Razão Social: _____

CNPJ n.º: _____

Endereço _____, n.º: _____

Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Preposto: _____

RG n.º: _____

CPF n.º: _____

REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

Pela presente, solicito o credenciamento no presente processo, cujo o objeto é o **Chamamento Público visando o credenciamento de leiloeiros oficiais para a realização de leilões com a finalidade de preparar, organizar, divulgar e intermediar à alienação de bens móveis inservíveis e imóveis de propriedade da Prefeitura Municipal de Borrazópolis – PR.**

Pelo presente requer a inscrição no Credenciamento objetivando a prestação de serviços, conforme o lote constante das tabelas abaixo:

Lote 01 - (Participação de ampla concorrência)

Chamamento Público visando o credenciamento de leiloeiros oficiais para a realização de leilões com a finalidade de preparar, organizar, divulgar e intermediar à alienação de bens móveis inservíveis e imóveis de propriedade da Prefeitura Municipal de Borrazópolis – PR.

Item	Descrição	Unid.	Taxa de comissão a ser paga pelo arrematante sobre o valor do bem arrematado
------	-----------	-------	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

01	Prestação de serviços de preparação, organização e condução de leilão público de bens moveis, bens imóveis de qualquer natureza, mercadorias, joias e outros efeitos, pertencentes a Prefeitura Municipal de Borrazópolis, incluindo todos os atos necessários à organização do certame, disposição dos lotes, divulgação, visitação, realização do leilão, prestação de contas, e entrega dos bens, por meio de licitação na modalidade de leilão público.	Taxa	5 %
----	---	------	-----

No percentual acima estabelecido estão compreendidos todos os custos, despesas e encargos necessários à plena execução dos serviços objeto deste credenciamento, incluindo, mas não se limitando a deslocamento, mão de obra, materiais, tributos e demais encargos incidentes, não cabendo à Administração o pagamento de qualquer valor adicional.

Os honorários do Leiloeiro Oficial consistirão em percentual sobre o valor da arrematação de cada bem, sendo o pagamento realizado exclusivamente pelo arrematante, imediatamente após a confirmação do vencedor do lote, conforme o percentual declarado no certame. O cálculo será efetuado sobre o valor de venda negociado em leilão, sendo a cobrança realizada diretamente pelo Leiloeiro aos arrematantes, sem qualquer intervenção ou responsabilidade financeira do Município.

Não será devido ao Leiloeiro Oficial qualquer outro pagamento, remuneração ou reembolso, além da taxa de comissão definida, fixada em 5% (cinco por cento) sobre o valor do bem arrematado, conforme previsto na legislação vigente.

Declaro, para todos os fins de direito, ter pleno conhecimento e compreensão de todos os serviços, obrigações e requisitos previstos no Termo de Referência, comprometendo-se a executá-los integralmente conforme as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, sob pena de responsabilização pelo descumprimento das obrigações assumidas.

Declaro, ter ciência de que a distribuição da demanda será realizada exclusivamente por meio de sorteio entre todos os credenciados habilitados, reconhecendo que o credenciamento não constitui, por si só, direito à execução dos serviços, estando condicionado à seleção no procedimento de sorteio, em conformidade com as regras estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

Compromete-se a executar integralmente os serviços objeto deste credenciamento caso seja sorteado, independentemente da quantidade de bens ou dos valores a serem leiloados, assumindo plena responsabilidade pelo fiel cumprimento das obrigações previstas no Edital, em seus anexos e em especial no Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

Por fim, declaro, para todos os fins de direito, que li, compreendi e aceito integralmente todas as disposições contidas neste Edital, em seus anexos e no Termo de Referência, comprometendo-me a cumpri-las fielmente, assumindo plena responsabilidade pela execução dos serviços, quando selecionado no sorteio, bem como pelo atendimento a todas as exigências legais, técnicas e administrativas ora estabelecidas.

_____, em de _____ de 2026.

Identificação e assinatura do representante legal da empresa

RG n.º _____

CPF n.º _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

ANEXO IV

Processo Administrativo n.º ____/2026

Credenciamento n.º ____/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(uso obrigatório por todas as licitantes)

(papel timbrado da licitante)

A Comissão Permanente de Contratação,

Prefeitura Municipal de Borrazópolis, Estado do Paraná.

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ n.º, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

- 1) Declaramos estarmos cientes e concordarmos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, respondendo pela veracidade das informações prestadas na forma da lei, conforme art. 63, inciso I e §1º da Lei n.º 14.133/21.
- 2) Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
- 3) Declaramos não possuir empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 4) Declaramos cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

6) Declaramos para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade CREDENCIANTE ou responsável pela licitação, nos termos do §1º, do artigo 9º da Lei n.º 14.133 de 1º de abril de 2021.

7) Declaramos para os devidos fins de direito, que nos comprometemos a atender a todos os termos da Lei n.º 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD e suas atualizações, realizando o tratamento dos dados pessoais, tanto em meio físico como digital, seja de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado.

8) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento instaurado por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob n.º e CPF n.º, cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura do Termo de Credenciamento.**

9) Declaro ainda que estou ciente das responsabilidades inerentes ao exercício dos serviços e de que me comprometo a prestar atendimento integral e exclusivo aos pacientes da instituição durante o período de minha escala.

10) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Termo de Credenciamento** seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

11) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

12) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do **Termo de Credenciamento**, referente ao **Credenciamento n.º ***/2026** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório e seus Anexos

13) Declaro para os devidos fins que as informações acima prestadas são verdadeiras, sob pena de estar infringindo o artigo 299 do Código Penal Brasileiro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

_____, em de _____ de 2026.

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

ANEXO V

MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciamento para a prestação de serviços de terceiros – pessoa jurídica, que entre si celebram a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BORRAZÓPOLIS** e a empresa _____, nos termos e condições que se reciprocamente outorgam e se comprometem, para o fim que abaixo se especifica de acordo com o processo de Credenciamento n.º ____/2026, Procedimento Administrativo n.º ____/2026, Contrato Administrativo n.º ____/2026.

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BORRAZÓPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 75.740.829/0001-20, sediada na praça da república, n.º 28, Centro, CEP 86.925-000, Cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná, denominada **credenciante**, neste ato representado pelo senhor prefeito **Adilson Lucchetti**, brasileiro, casado, inscrito no cadastro de pessoa física n.º 469.105.579-72, portador da cédula de identidade n.º 2.126.974-3 / SESP-PR, de acordo com as atribuições que lhe foram conferidas, em conformidade com o **Credenciamento n.º ____/2026**, resolve, **CREDENCIAR** a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, portadora do endereço eletrônico e-mail: _____, telefone: (____) _____-_____, sediada na _____, n.º _____, bairro: _____, CEP ____-____, Cidade de _____ - Estado _____, denominada **credenciada**, neste ato representada pelo(a) SR. _____, brasileiro(a), inscrito(a) no cadastro de pessoa física sob o n.º ____-____-_____, portador(a) da cédula de identidade sob o n.º _____ SESP/_____, de acordo com condições previstas no edital e seus anexos, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n.º 26/2025, de 08 de janeiro de 2025, e em conformidade com as disposições a seguir:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Credenciamento tem por objeto o **CHAMAMENTO PÚBLICO VISANDO O CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS PARA A REALIZAÇÃO DE LEILÕES COM A FINALIDADE DE PREPARAR, ORGANIZAR, DIVULGAR E INTERMEDIAR À ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS – PR**, conforme os serviços especificados no Termo de Referência e condições estabelecidas no edital, os quais passam a integrar o presente Termo de Credenciamento para todos os fins, independentemente de transcrição, obrigando o credenciado ao seu fiel cumprimento.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1. Os serviços abrangem todos os atos e procedimentos necessários à preparação, organização, divulgação e condução dos leilões, em estrita conformidade com o Termo de Referência e as condições estabelecidas neste Edital. Incluindo, ainda, a execução integral das atividades relacionadas à avaliação dos bens, elaboração de editais de leilão, atendimento aos interessados, formalização dos resultados e demais atribuições que se fizerem necessárias para assegurar a legalidade, transparência, eficiência e competitividade do procedimento, garantindo a correta destinação do patrimônio público e a obtenção de resultados vantajosos para a Administração Municipal, conforme tabela abaixo:

Chamamento Público visando o credenciamento de leiloeiros oficiais para a realização de leilões com a finalidade de preparar, organizar, divulgar e intermediar à alienação de bens móveis inservíveis e imóveis de propriedade da Prefeitura Municipal de Borrazópolis – PR.

Item	Descrição	Unid.	Taxa de comissão a ser paga pelo arrematante sobre o valor do bem arrematado
01	Prestação de serviços de preparação, organização e condução de leilão público de bens moveis, bens imóveis de qualquer natureza, mercadorias, joias e outros efeitos, pertencentes a Prefeitura Municipal de Borrazópolis, incluindo todos os atos necessários à organização do certame, disposição dos lotes, divulgação, visitação, realização do leilão, prestação de contas, e entrega dos bens, por meio de licitação na modalidade de leilão público.	Taxa	5 %

2.2. O objeto do credenciamento abrange a realização de todos os serviços, atos, procedimentos e atividades necessários ao seu pleno, total e integral cumprimento,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

incluindo ainda todas as demais atribuições, responsabilidades e obrigações previstas neste instrumento, assegurando a execução conforme as normas legais, editalícias e técnicas aplicáveis.

2.3. No percentual acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.4.1. O Documento de formação de Demanda – DFD;

2.4.2. O Estudo Técnico Preliminar – ETP;

2.4.3. O Termo de Referência;

2.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

3. ESPECIFICAÇÕES GERAIS

3.1. A CREDENCIADA atuará nos leilões promovidos pela CREDENCIANTE, de acordo com a Lei n.º 14.133/2021 e com o Decreto n.º 21.981/1932, no período de vigência do credenciamento, devendo-se observar, para a execução do objeto, sem prejuízo das obrigações da CREDENCIANTE e CREDENCIADA descritas.

3.2. A CREDENCIADA deverá elaborar a minuta do edital do leilão, contemplando todas as informações necessárias à adequada publicidade e condução do certame, e submetê-la à apreciação e aprovação da Comissão competente, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da conclusão da avaliação dos bens a serem alienados.

3.3. Após a devida aprovação pela Comissão, caberá à CREDENCIADA promover a publicação do edital do leilão no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, observando-se os meios e veículos de divulgação exigidos pela legislação aplicável e pelo instrumento convocatório, de modo a assegurar a ampla publicidade, transparência e competitividade do certame.

3.4. Os Leilões deverão ser realizados em plataforma virtual utilizada pela CREDENCIADA, cuja utilização deve ser gratuita, ficando impedida a cobrança de qualquer valor a título de inscrição e/ou utilização.

3.5. A CREDENCIADA deverá dispor de sistema informatizado para controle das atividades inerentes à venda dos bens, bem como fornecer relatórios gerenciais em cada fase do processo (a exemplo de cadastramento de bens, administração/realização do Leilão oficial, relatório específico dos leilões, prestação de contas sobre a venda do bem, dentre outros).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

- 3.6. As despesas com a realização dos trabalhos correrão única e exclusivamente por conta do Leiloeiro, que será o responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos e demais despesas que se façam necessárias à execução dos serviços credenciados, conforme a legislação vigente.
- 3.7. A CREDENCIADA deverá disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços, bem como materiais e equipamentos necessários à execução das atividades relativas à contratação.
- 3.8. A disponibilização de bens para leilão ocorrerá segundo conveniência da Administração na medida em que os itens de patrimônio forem classificados como inservíveis, na forma da lei através de edital complementar de distribuição de demanda.
- 3.9. A CREDENCIADA terá a responsabilidade de elaborar o Aviso do Leilão, distribuir os Catálogos Oficiais, realizar medidas para divulgar a realização dos leilões (panfletagem, faixas, cartazes, banners, etc.), disponibilizar informações sobre os leilões na internet, possibilitando a visualização e características dos respectivos lotes, enfim, fazer o que for necessário para a divulgação do evento.
- 3.10. Disponibilização de catálogos pertinentes ao Leilão, os quais deverão estar disponíveis no site do Leiloeiro oficial no mínimo em 15 (quinze) dias que antecedem o certame, bem como fornecidos à Administração para permitir a publicação nos meios oficiais desta, mediante a aprovação da Comissão quanto à sua formatação. A ausência de divulgação da descrição correta e restrições que recaiam sobre os bens são de inteira responsabilidade do Leiloeiro oficial.
- 3.11. A CREDENCIADA não poderá alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes para a execução de serviço como justificativa para se eximir das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de comissões em decorrência da execução do objeto do leilão.
- 3.12. Em todos os eventos, a CREDENCIADA deverá dispensar igual tratamento a todos os bens disponibilizados para a venda, tanto na divulgação (propaganda) como, principalmente, na tarefa de identificar possíveis interessados, independentemente do valor e da liquidez dos mesmos.
- 3.13. Os bens serão leiloados em lotes ou individuais, conforme descrição do Termo de Referência do Leilão. As propostas deverão ser relativas ao lote inteiro, ou ao item interessado, não sendo admitidas para compra de peças destacadas do mesmo.
- 3.14. Os bens poderão ser vendidos à vista ou parcelado, nas condições fixadas no regulamento do leilão, devendo ser observadas as condições para garantia e pagamento previstas no Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

- 3.15. Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site oficial do Leiloeiro, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances, a partir do valor de avaliação estabelecido, em PRIMEIRO LEILÃO, o qual servirá de base para o lance inicial. Em não havendo participantes, dar-se-á início imediatamente ao SEGUNDO LEILÃO, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil (50% do valor da avaliação).
- 3.16. As vendas serão efetuadas a quem MAIOR LANCE oferecer, não inferior ao preço mínimo estipulado.
- 3.17. O Leiloeiro deverá orientar o(s) Arrematante(s) quanto aos procedimentos referentes ao pagamento do bem arrematado, tais como prazos, forma de pagamento, caução etc.
- 3.18. Caberá ao Leiloeiro a execução das seguintes atividades, dentre outras que sejam relacionadas ao objeto:
- 3.18.1. Realizar o Leilão em data a ser estabelecida em decisão posterior à assinatura do Termo de Credenciamento, a ser estabelecida pela CREDENCIANTE;
 - 3.18.2. Planejar, em conjunto com o Município, todas as fases do leilão e executá-las em conformidade com este planejamento;
 - 3.18.3. Auxiliar a preparação, avaliação, organização e composição dos lotes conforme a melhor técnica;
 - 3.18.4. Auxiliar a elaborar a especificação técnica e sugerir preços mínimos dos bens para o arremate;
 - 3.18.5. Disponibilizar plataforma virtual que permita a realização de leilões virtuais pela rede mundial de computadores;
 - 3.18.6. A CREDENCIADA será responsável por manter a plataforma em pleno funcionamento, realizando todas as atualizações e manutenções necessárias para a continuidade e segurança do sistema durante o período do leilão;
 - 3.18.7. Caso ocorra qualquer problema técnico que comprometa a realização do leilão, a empresa deverá solucionar prontamente o incidente e, se necessário, realizar o reagendamento do evento em acordo com o município;
 - 3.18.8. A utilização de plataforma virtual deverá ser gratuita, ficando impedida a cobrança de qualquer valor a título de inscrição e/ou utilização;
 - 3.18.9. Conferir as informações e documentos recebidos, ainda que obtidas de repartições públicas ou de terceiros, efetuando todas as correções aplicáveis, sob sua inteira responsabilidade, na forma da lei;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

- 3.18.10. Conduzir as atividades necessárias à realização do leilão, assim como verificar e aprovar previamente o edital, especificações de bens a leiloar, cartas de adjudicação e demais documentos e formulários que devam ser empregados nos procedimentos de leilões;
- 3.18.11. Administrar e custear todos os assistentes, auxiliares e outros recursos humanos cuja atuação seja necessária à boa condução dos procedimentos de leilões, assim como elaborar, assinar e apresentar a Prefeitura, ao final do leilão, as atas, relatórios, demonstrativos e todos os demais documentos necessários à perfeita e regular conclusão do procedimento de leilões que presidir;
- 3.18.12. Proceder à inutilização dos chassis, de plaquetas e das placas de identificação dos lotes leiloados, nos casos dos veículos sem condições de segurança para trafegar em via aberta ao público, ou seja, classificados como sucata.
- 3.18.13. Para a perfeita execução dos leilões, a CREDENCIADA deverá disponibilizar todos os materiais, ferramentas, equipamentos e sistema (hardware e software), e utensílios necessários, nas quantidades suficientes e realizar o leilão eletrônico conforme disposto na Instrução Normativa n.º 52/2022.
- 3.19. O documento gerado por ocasião da vistoria dos bens, retratando as condições e dados identificadores do ativo deverá compor cadastro que deve ser alimentado pela CREDENCIADA e disponibilizado sempre que solicitado pelo CREDENCIANTE.
- 3.20. O Leiloeiro deverá dar suporte técnico e operacional às atividades necessárias que sucedem à realização da hasta pública, desde a preparação processual até a baixa dos débitos e diligenciamento junto aos órgãos de trânsito competentes ou cartórios, conforme o caso.
- 3.21. Para entrega ao arrematante deverá ser efetuada nova vistoria e emissão de termo de entrega.
- 3.22. Das condições para alienação e entrega dos bens:
- 3.22.1. Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, não sendo, de responsabilidade do Leiloeiro ou da Prefeitura efetuar quaisquer consertos, reparos, desmonte ou mesmo providências com a retirada ou transporte do material arrematado.
- 3.22.2. Os bens do leilão, serão vendidos e entregues nas condições físicas e de funcionamento em que se encontram, devendo os interessados examiná-los previamente, ficando desde já estabelecido que não caberá ao Leiloeiro Oficial, ou à Prefeitura, qualquer responsabilidade ou ônus por avarias ou defeitos eventualmente verificados. Uma vez retirado o bem da posse da Prefeitura, não



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

serão aceitas devoluções, reembolsos, trocas e/ou compensações, de qualquer natureza.

3.22.3. Os bens serão leiloados no estado em que se encontram, não cabendo à CREDENCIANTE, qualquer responsabilidade sobre os vícios redibitórios e sobre os vícios aparentes ou de fácil constatação, ou quanto a qualquer outro defeito

3.22.4. Igualmente será encargo do adquirente todas as despesas com o transporte, a retirada, ônus ou quaisquer espécies de tributos, com exceção débitos de multas e DPVAT dos veículos leiloados.

3.22.5. Os arrematantes terão o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do leilão ou da efetiva disposição do crédito em favor da Prefeitura, para a retirada do(s) bem(s) arrematados, findo o qual fica a Comissão Especial de Leilão liberada para adotar as medidas que julgar conveniente.

3.22.6. A liberação dos bens arrematados somente ocorrerá após a efetiva disposição do crédito na conta da Prefeitura, quando então se dará por concretizar a arrematação e, dessa forma, apto o

3.22.7. arrematante a receber o(s) respectivo(s) bem(s) e toda documentação pertinente quando houver, que será entregue mediante a assinatura de um “Termo de Recebimento”.

3.23. Da entrega e retirada dos bens:

3.23.1. A ocorrência de força maior ou caso fortuito entre a data de realização do leilão e da retirada do bem, que impeça sua entrega, resolve a obrigação mediante a restituição do valor pago.

3.23.2. Não serão aceitas reclamações posteriores à arrematação, nem devoluções, pedidos de restituição de quantias ou abatimento de preços, quaisquer que sejam os motivos alegados. Ao efetuar o arremate dos lotes, o arrematante declara estar ciente do estado de conservação do bem arrematado.

3.23.3. No ato do carregamento, o comprador deverá trazer todos os equipamentos de proteção e segurança necessários. O transporte do bem arrematado, assim como as despesas com retirada, carregamento, frete, seguro etc., correrão por ordem, risco e conta do Arrematante.

3.23.4. Os bens arrematados deverão ser retirados pelos respectivos arrematantes, no local em que foram vistoriados, desde que não haja qualquer impedimento e mediante apresentação do comprovante de quitação do valor do lance, apresentação do documento de identidade e procuração específica, se for o caso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

3.23.5. A remoção dos bens arrematados deverá ser efetuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de liberação. Findo o prazo, sob pena de configurar abandono dos bens, sem que caiba qualquer indenização ou restituição de qualquer valor em favor do Arrematante.

3.24. O Leiloeiro Oficial deverá emitir relatório de arrematação em até 5 (cinco) dias úteis após o Leilão.

3.25. Prestação de contas através de Relatório Final, contendo “Demonstrativo Financeiro” de comprovantes de pagamentos (Notas Fiscais) correspondentes, dentro do prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar da data de realização do Leilão.

3.26. Destaca-se que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) entende que a atividade de Leiloeiro pressupõe a existência de risco do negócio e a comissão será devida somente quando houver arrematante e é o arrematante quem deve efetuar o seu pagamento.

3.27. O Leiloeiro credenciado deverá observar e realizar todos os procedimentos do leilão, seguindo, além do disposto neste Termo de Referência, as disposições previstas na Instrução Normativa n.º 52/2022, do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI), no que for aplicável.

4. DA VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência do Termo de Credenciamento será coincidente com o prazo de vigência do Edital de Credenciamento, permanecendo plenamente válido durante todo o período em que o Edital estiver em vigor, condicionando-se à manutenção das condições de habilitação e ao cumprimento das obrigações previstas neste instrumento e em seus anexos.

5. DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

6. DA GESTÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

6.1. A CREDENCIADA deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Os serviços deverão ser executados por profissionais e por meios habilitados, atendendo a programação expedida pelo responsável CREDENCIANTE, conforme solicitação de despesa ou nota de empenho devidamente autorizada pela autoridade competente/ou servidor designado, que será encaminhada via postal (sedex ou registrado com “ar”), registrando-se a data e à hora de sua entrega, mediante protocolo ou via endereço eletrônico através do e-mail cadastrado na proposta de preços que se será considerado como leitura automática, registrando-se a data e à hora do envio, mediante



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

protocolo.

- 6.3. A CREDENCIADA deve manter em seu quadro profissionais capacitados e em número suficiente para o atendimento os fornecimentos, sem interrupção, seja por qualquer motivo (férias, licenças, faltas ao serviço, etc.), além de observar a plena obediência à todas as normas ambientais, de segurança no trabalho, e demais legislações específicas vigentes.
- 6.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Termo de Credenciamento, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.
- 6.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CREDENCIADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.6. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.7. Após a seleção da CREDENCIADA por sorteio, a administração poderá convocar o representante da empresa CREDENCIADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CREDENCIADA, quando houver, e do método de aferição dos resultados, dentre outros.

6.8. Da Fiscalização

- 6.8.1. A execução do Termo de Credenciamento deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).
- 6.8.2. Com fulcro no Decreto Municipal n.º 26/2025 de 08 de janeiro de 2025, que dispõe sobre rotinas administrativas aplicáveis à gestão e à fiscalização de contratos no Município de Borrazópolis/PR, combinado com a Portaria Municipal n.º 15, de 02 de fevereiro de 2026, que faz a designação legal do fiscal e do gestor dos contratos administrativos, visando garantir a adequada prestação de serviços e fornecimento de bens; verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como apoiar a instrução processual relativa à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto, fica indicado para realizarem o acompanhamento, gestão e fiscalização do presente contrato entabulado por esta municipalidade:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.8.2.1.Fiscal do Contrato: **Deivair José de Brito;**

6.8.2.2.Fiscal substituto: **Neide de Fatima Silva Moraes;**

6.8.2.3.Gestor do Contrato: **Josiane Aparecida dos Santos;**

6.8.2.4.Gestor substituto: **Clever Haian Becalhi Trida.**

6.8.3.Fiscalização Técnica

6.8.3.1.O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração.

6.8.3.2.O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme o art. 117, §1º da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.8.3.3.Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.8.3.4.O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.8.3.5.No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.8.3.6.O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.8.4.Fiscalização Administrativa

6.8.4.1.O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CREDENCIADA, acompanhará o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.4.2.Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

quando ultrapassar a sua competência.

6.8.5. Gestor do Contrato

6.8.5.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.8.5.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.8.5.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CREDENCIADA.

6.8.5.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CREDENCIADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.8.5.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.8.5.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da administração.

6.9. Do Recebimento

6.9.1. Os serviços deverão ser executados no local e prazo constantes do termo referência e/ou outro local indicado conforme cronograma expedido pela unidade CREDENCIANTE na quantidade constante na programação expedida pelo responsável do CREDENCIANTE e conforme solicitação, correndo por conta da CREDENCIADA todas as despesas necessárias para o cumprimento do objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

- 6.9.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03 dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, nos moldes do art. 140, I, alínea A, da Lei n.º 14.133, 2021.
- 6.9.3. O fiscal técnico realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 6.9.4. O fiscal administrativo realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 6.9.5. O fiscal setorial, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 6.9.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 6.9.7. A CREDENCIADA fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 6.9.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório. (Art. 119 c/c Art. 140 da Lei n.º 14133, de 2021).
- 6.9.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos manuais e instruções exigíveis.
- 6.9.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.9.11. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 6.9.12. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

6.9.12.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela CREDENCIADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

6.9.12.2. Emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.9.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CREDENCIADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.9.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.10. Dos Critérios de Avaliação

6.10.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o instrumento de medição de resultado, pela verificação da qualidade e quantidade do bem e consequente aceitação pelos recebedores, que deverá ser anotada em “relatório” a ser efetivado pela CREDENCIADA, visando o controle dos serviços executados, que deverão observar as especificações deste instrumento e as disposições constantes no Decreto n.º 21.981/1932.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

7.1. São obrigações do CREDENCIANTE:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CREDENCIADA, de acordo com o Termo de Credenciamento;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no termo de referência;

7.1.3. Notificar a CREDENCIADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

7.1.4. Notificar a CREDENCIADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CREDENCIADA;

7.1.6. Aplicar a CREDENCIADA as sanções previstas na Lei e neste instrumento;

7.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

7.1.8. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CREDENCIADA no prazo máximo de 10 (dez) dias;

7.1.9. Comunicar a CREDENCIADA na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CREDENCIANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei n.º 14.133, de 2021;

7.1.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

7.1.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

7.1.12. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela CREDENCIADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CREDENCIADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

7.1.13. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

8.1. A CREDENCIADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Credenciamento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Manter preposto aceito pela administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

8.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

8.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

superior, na forma do art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

- 8.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 8.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CREDENCIANTE;
- 8.1.7. Efetuar comunicação ao CREDENCIANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;
- 8.1.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CREDENCIANTE ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021;
- 8.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no sistema de cadastro de fornecedores – SICAF, a CREDENCIADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à seguridade social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à dívida ativa da união; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a fazenda municipal ou distrital do domicílio ou sede da CREDENCIADA; 4) certidão de regularidade do FGTS – CRF; e 5) certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT;
- 8.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CREDENCIANTE;
- 8.1.11. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

- 8.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CREDENCIANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 8.1.13. Paralisar, por determinação do CREDENCIANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 8.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 8.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos poderes públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 8.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao CREDENCIANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 8.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.1.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na habilitação;
- 8.1.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, art. 116 da Lei n.º 14.133, de 2021;
- 8.1.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme o art. 116, parágrafo único, da lei n.º 14.133, de 2021;
- 8.1.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.1.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, D, da Lei n.º 14.133, de 2021;

- 8.1.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CREDENCIANTE;
- 8.1.24. Apresentar ao CREDENCIANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 8.1.25. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 8.1.26. Atender às solicitações do CREDENCIANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- 8.1.27. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas do CREDENCIANTE;
- 8.1.28. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas, devendo a CREDENCIADA relatar ao CREDENCIANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 8.1.29. Estar registrada ou inscrita no conselho profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no termo de referência, em plena validade;
- 8.1.30. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 8.1.31. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do termo de recebimento definitivo.

9. FORMA DE PAGAMENTO

- 9.1. Os honorários do Leiloeiro serão em percentual sobre o valor da arrematação e o seu pagamento se dará pelo próprio arrematante no momento, logo após a confirmação de vencedor do lote, conforme percentual declarado vencedor no certame, calculada sobre o valor de venda de cada bem, negociado em Leilão, cobrada, sem a interveniência do Município, pelo próprio Leiloeiro, diretamente dos respectivos arrematantes dos bens.
- 9.2. Não será devido ao Leiloeiro oficial nenhum outro pagamento além da taxa de comissão



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

definida (5%) a ser pago pelo arrematante sobre o valor do bem arrematado.

9.3. Não cabe à Administração qualquer responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelo(a) leiloeiro(a) oficial para recebê-la.

9.4. Caso o leilão culmine em licitação deserta ou fracassada, ou, ainda, caso o certame seja suspenso por determinação judicial, à Administração não caberão quaisquer reembolsos a CREDENCIADA.

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

10.1. Comete infração administrativa a CREDENCIADA que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133, de 2021, quais sejam:

10.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

10.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

10.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. A CREDENCIADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, quando a CREDENCIADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.2.2. Multa de mora de 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor da parcela recebida por dia de atraso, limitado a 25 (vinte e cinco) dias, após este prazo, este termo será encaminhado para abertura de processo administrativo;

10.2.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do Art. 137 da Lei



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

n.º 14.133, de 2021.

- 10.2.3. Multa compensatória, em caso de inadimplência parcial, de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida;
- 10.2.4. Multa compensatória, em caso de inadimplência total, de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
- 10.2.5. Multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total remanescente do contrato, no caso de extinção do contrato, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Prefeitura do Município de Borrazópolis;
 - 10.2.5.1. Incorrem na mesma penalidade quando praticadas as condutas descritas nas cláusulas “10.1.5”, “10.1.6”, “10.1.7” e “10.1.8” do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas “10.1.2”, “10.1.3” e “10.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 10.2.6. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nas cláusulas “10.1.2”, “10.1.3” e “10.1.4” do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 10.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nas cláusulas “10.1.5”, “10.1.6”, “10.1.7” e “10.1.8” do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas “10.1.2”, “10.1.3” e “10.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 10.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CREDENCIANTE (Art. 156, § 9º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 10.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (Art. 156, § 7º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 10.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (Art. 157, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 10.6. A multa aplicada e as indenizações cabíveis serão cobradas administrativamente e/ou judicialmente (art. 156, §8º, da Lei n.º 14.133, de 2021).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

- 10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.9. Na aplicação das sanções serão considerados (Art. 156, §1º):
- 10.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 10.9.2. As peculiaridades do caso concreto;
 - 10.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 10.9.4. Os danos que dela provierem para o CREDENCIANTE.
 - 10.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da administração pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente, definidos na referida lei (Art. 159).
- 10.11. A personalidade jurídica do CREDENCIADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CREDENCIADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (Art. 160, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 10.12. O CREDENCIANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no cadastro nacional de empresas inidôneas e suspensas (CEIS) e no cadastro nacional de empresas punidas (CNEP), instituídos no âmbito do poder executivo federal. (art. 161, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da lei n.º 14.133, de 2021.

- 10.14. Os débitos da CREDENCIADA para com a administração CREDENCIANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora CREDENCIANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 26, de 13 de abril de 2022.

11. DO DESCREDENCIAMENTO

- 11.1. O termo de credenciamento será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 11.2. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 11.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 11.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.
- 11.4. O contrato poderá ser extinto:
- 11.4.1. Caso se constate que a CREDENCIADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CREDENCIANTE ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (Art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 11.4.2. Caso se constate que a pessoa jurídica CREDENCIADA possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão CREDENCIANTE.
- 11.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido.
- 11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

11.5.2. Indenizações e multas.

11.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.7.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CREDENCIADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12. DO RECURSO

12.1. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.2. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.3. Não serão reconhecidos os recursos vencidos os respectivos prazos legais.

12.4. O recurso deverá ser em 01 (uma) via, impressa em papel, com o timbre ou com a identificação dos dados da CREDENCIADA: (cnpj/cpf, razão social/nome completo, endereço completo, e-mail e telefone), ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, conter o número deste chamamento público, a descrição precisa do objeto.

12.5. O recurso deverá ser datado e assinado pelo postulante ou pelo seu representante legal, será formulado por escrito e conterá os seguintes requisitos: I - órgão ou autoridade administrativa a que se dirige; II - qualificação do postulante, com indicação do domicílio; III - instrumento de mandato, quando assistido por representante legal; IV - local para recebimento das comunicações, inclusive endereço eletrônico, se for o caso; V - pedido, com exposição dos fatos e fundamentos; VI - indicação das provas que pretende ver juntadas aos autos e que se encontrem em poder do órgão ou entidade competente para apreciação do pedido.

12.6. E, poderá ser protocolado:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

12.6.1. Junto ao Departamento de licitação, sediado na Prefeitura do Município de Borrazópolis, Praça da República, n.º 28, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná, em dias úteis, no horário de 08:00 ÀS 11:30 E das 13:00 às 17:30 horas. registrando-se a data de sua entrega mediante protocolamento, observando-se o horário de expediente.

12.6.2. Por meio eletrônico via internet através do e-mail licitacao@borrazopolis.pr.gov.br, observada a antecedência mínima supra para o recebimento, relativa a cada petição, neste caso sendo compreendido horário máximo até às 17:30 horas, recomenda-se ainda, que, comunique o departamento de licitação através do fone (43) 3452-8700, para confirmar o recebimento.

12.6.3. No caso de encaminhamento por via postal (sedex ou registrado com “ar”), o recurso à protocolar, deve vir em envelope devidamente fechado, registrando-se a data de sua entrega mediante protocolamento. o recurso deverá ser acondicionado em um envelope, devidamente fechado (lacrado), de forma a não permitir sua violação, constando de sua face:

À

Prefeitura do município de Borrazópolis

Att. _____ (nome da autoridade que proferiu a decisão)

Recurso Administrativo

Praça da República, n.º 28, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná.

Pregão Eletrônico n.º xxx/xxxx

Razão social:

CNPJ n.º:

12.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12.9. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13. DA PUBLICAÇÃO

13.1. Incumbirá ao CREDENCIANTE divulgar o presente instrumento no portal nacional



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

de contratações públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n.º 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao Art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c Art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

14. DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 14.1. A CREDENCIANTE através de seu fiscal, gestor ou autoridade competente, fará todas as notificações à CREDENCIADA em 01 (uma) via, impressa em papel, com o timbre ou com a identificação dos dados da CREDENCIANTE: (cnpj/cpf, razão social/nome completo, endereço completo, e-mail e telefone), ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo o número do contrato, a descrição precisa do objeto, identificação do seu subscritor.
- 14.2. A notificação será encaminhada via postal (sedex ou registrado com “ar”), registrando-se a data e à hora de sua entrega, mediante protocolo ou via endereço eletrônico através do e-mail cadastrado na proposta de preços que se será considerado como leitura automática, registrando-se a data e à hora do envio, mediante protocolo.
- 14.3. A contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Credenciamento excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 14.4. Os casos omissos serão decididos pelo CREDENCIANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, no Decreto Municipal n.º 26/2025, de 08 de janeiro de 2025 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e Normas e Princípios Gerais dos Contratos.
- 14.5. O foro competente para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Credenciamento que não puderem ser compostos pela conciliação, será o do Município de Faxinal/PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme art. 92, §1º, da Lei n.º 14.133/21.
- 14.6. E, por estarem justas e registradas, assinam as partes o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta a todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Borrazópolis/PR, ____/_____/ 2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

Prefeitura Municipal de Borrazópolis

CNPJ n.º 75.740.829/0001-20

Adilson Lucchetti

Prefeito Municipal

Credenciada (razão social)

CNPJ n.º _____

Representante Legal

CPF n.º _____

Testemunhas:

Nome: _____

CPF n.º _____

Nome: _____

CPF n.º _____